

Notícias do dia 10 de maio



**TRIBUNAL DE CONTAS**  
DO ESTADO DE GOIÁS

# Sumário

Número de notícias: 10 | Número de veículos: 7

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - EDUCAÇÃO  
TCE - GO

Indicação política define diretores em quase metade das escolas do Brasil..... 3

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MS - NOTÍCIAS  
TCE - GO

TCE-MS participa de Simpósio Nacional de Educação..... 4

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS  
TCE - GO

Indicação política prevalece na seleção de diretores de escolas públicas..... 5

GOIÁS EM CENA - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Tribunais de Contas trocam experiências em prévia do 5º Sined.....7

NOTÍCIAS GOIANAS - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Alego inicia tramitação da LDO para 2024 para adequar despesas..... 8

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - ES - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Equipe do TCE-ES participa de debates técnicos no primeiro dia do V Sined, realizado em  
Goiânia..... 11

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Tem início o Simpósio Nacional de Educação (Sined).....13

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Oficina do Sined aborda financiamento e gestão de recursos da educação, com foco no  
Fundeb e no FME..... 15

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Guia prático para fiscalização dos conselhos de educação é lançado no V Sined..... 16

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Gaepes mostram suas experiências aos participantes do V Sined..... 17

# Indicação política define diretores em quase metade das escolas do Brasil

**Edson Leite Júnior**

Indicação política ainda é adotada em quase metade das escolas das redes estaduais de todo o Brasil. Isso é o que revela o Relatório de Política Educacional "Seleção e formação de diretores: mapeamento de práticas em estados e capitais brasileiras". Apesar disso, o estudo indica um crescimento na adoção de processos seletivos qualificados para seleção de diretores escolares nos últimos dez anos, tanto em estados como capitais.

De acordo com a pesquisa, cerca de 80% dos diretores de escolas no Brasil são responsáveis por uma escola e 10,8% são responsáveis por quatro ou mais escolas. Além disso, 88% têm formação superior e 12% participaram de curso de gestão escolar com pelo menos 80 horas.

Outro dado interessante é que 54,9% dos diretores escolares foram escolhidos exclusivamente por indicação, modalidade mais presente nas regiões Norte e Nordeste; e 26,7% foram escolhidos por eleição com participação da comunidade escolar, combinada ou não a um processo seletivo qualificado. 86% dos gestores têm mais de 5 anos de experiência como professor e 55% estão no cargo há 5 anos ou menos.

O lançamento oficial do relatório será feito oficialmente neste quinta-feira, 11, às 13h45, durante a 5ª Edição do **Simpósio Nacional de Educação (V Sined)**, com parceria do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO).

Como foi feita a pesquisa

Para desenvolver o estudo, inicialmente, os pesquisadores fizeram um levantamento com base nos dados oficiais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2019 e do Censo Escolar 2020, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em seguida, realizaram, em parceria com a Atricon, amplo levantamento de dados junto às secretarias de Educação estaduais e das capitais brasileiras no primeiro semestre de 2022.

O material em questão é uma atualização da pesquisa

pioneira realizada por Heloísa Lück, em 2011. E a justificativa é entender como os processos abordados estão estruturados na atualidade é relevante, pois permite a indicação de caminhos para aprimorar as políticas públicas e a observação de tendências na formação e seleção de diretores ao longo do tempo.

**Site:**

<https://www.jornalopcao.com.br/educacao/indicacao-politica-define-diretores-em-quase-metade-das-escolas-do-brasil-489622/>

# TCE-MS participa de Simpósio Nacional de Educação

Os desafios e os meios para melhorar a educação no País, após o período e os reflexos negativos causados pela pandemia, estão sendo debatidos por autoridades, especialistas e gestores de diferentes regiões no 5º Simpósio Nacional da Educação, que teve início nesta quarta-feira, 10, e vai até o dia 12 de maio, no Tribunal de Contas de **Goiás (TCE-GO)**, em **Goiânia**.

Como a área da educação tem sido destaque, tanto nas fiscalizações bem como nas ações voltadas à primeira infância, desenvolvidas pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, como exemplo, o Programa Integrado pela Garantia dos Direitos da Primeira Infância, técnicos da Corte de Contas de MS participam do evento.

O diretor da Secretaria de Controle Externo (Secex), Eduardo dos Santos Dionizio, o chefe da Divisão da Educação e **auditor** de controle externo, Marcos Camillo e Fernanda Moro Serrano, supervisora da Divisão de Fiscalização de Gestão da Educação, estão em **Goiânia** representando o **TCE-MS**.

"O evento aqui no **TCE** do Estado de **Goiás** nos permite, além de debater os resultados da fiscalização ordenada 'Operação Educação', é estabelecer diretrizes para futuros encaminhamentos sobre as ações que serão desencadeadas para a continuidade de fiscalizações desta natureza. O foco principal é sensibilizar os gestores públicos para a adoção de medidas urgentes no sentido de adequar as unidades de ensino e oferecer aos alunos um espaço digno para a construção do conhecimento", declarou Eduardo Dionizio.

Palestras, painéis e reuniões técnicas fazem parte da programação do simpósio. O Monitoramento dos Planos de Educação pelos Tribunais de Contas, Qualidade da Educação Pública e o Controle Externo, o Sistema Nacional de Educação, e a carreira do Magistério e o professor como solução da qualidade educacional, e a tecnologia na educação pública são temas de painéis dos debates.

O 5º **Simpósio Nacional de Educação (Sined)** é uma iniciativa do Instituto Rui Barbosa, por meio de seu Comitê Técnico, do **TCE-GO** e do TCMGO com o apoio da ATRICON, CNPTC e ABRACOM. E tem como propósito estabelecer uma agenda comum entre

gestores públicos, atores da educação e do controle público, em atenção às diretrizes, às metas e às estratégias do Plano Nacional de Educação e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

**Site:**

<http://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/7059/tce-ms-participa-de-simposio-nacional-de-educacao>

# Indicação política prevalece na seleção de diretores de escolas públicas

A Redação

**Goiânia** - Uma nova pesquisa apresenta a análise sobre a seleção e a formação dos diretores nas capitais brasileiras. Entre os destaques, o estudo aponta que a indicação política ainda é adotada em quase metade (48%) das redes estaduais brasileiras. O relatório ainda indica um crescimento na adoção de processos seletivos qualificados para seleção de diretores escolares nos últimos dez anos, tanto em estados como capitais. O material em questão é uma atualização da pesquisa pioneira realizada por Heloísa Lück, em 2011.

Os dados fazem parte do Relatório de Política Educacional "Seleção e formação de diretores: mapeamento de práticas em estados e capitais brasileiras", apresentado pelo grupo Dados para um Debate Democrático na Educação (D<sup>3</sup>e), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e Todos Pela Educação.

O estudo será oficialmente lançado nesta quinta-feira (11/5), às 13h45, durante a 5ª Edição do **Simpósio Nacional de Educação (V Sined)**. A apresentação ficará a cargo do **conselheiro** do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de **Goiás (TCM-GO)** e de Lara Simielli, profesora da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV).

O evento é uma promoção conjunta do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, do **TCM-GO**, e do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico da Educação. Conta ainda com apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC)** e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas de Municípios (Abracom).

Para desenvolver o estudo, inicialmente, os pesquisadores fizeram um levantamento com base nos dados oficiais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2019 e do Censo Escolar 2020, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em seguida, realizaram, em parceria com a Atricon, amplo levantamento de dados junto às secretarias de Educação estaduais e das capitais brasileiras no primeiro semestre de 2022.

Entender como os processos abordados estão estruturados na atualidade é relevante, pois permite a indicação de caminhos para aprimorar as políticas públicas e a observação de tendências na formação e seleção de diretores ao longo do tempo.

Quem são os diretores de escolas no Brasil?

Dados das escolas brasileiras: públicas e privadas (Fonte: Saeb 2019 e Censo Escolar 2020):

Atribuições: cerca de 80% são responsáveis por uma escola e 10,8% são responsáveis por quatro ou mais escolas.

Formação: 88% têm formação superior e 12% participaram de curso de gestão escolar com pelo menos 80 horas.

Dados da rede pública de ensino: municipal, estadual e federal (Fonte: Saeb 2019 e Censo Escolar 2020):

Seleção: 54,9% foram escolhidos exclusivamente por indicação, modalidade mais presente nas regiões Norte e Nordeste; e 26,7% foram escolhidos por eleição com participação da comunidade escolar, combinada ou não a um processo seletivo qualificado.

Tempo de carreira: 86% têm mais de 5 anos de experiência como professor e 55% estão no cargo há 5 anos ou menos.

Sobre os processos de seleção nas redes estaduais (Fonte: entrevistas realizadas com gestores das secretarias dos estados e capitais brasileiros):

56% dos estados faz uso de eleição;

48% indicação;

33% plano de gestão, e

30% certificação.

\*Alguns estados fazem uso de mais de um processo de seleção.

Sobre os processos de seleção nas redes das capitais, com base em entrevistas realizadas com gestores das

secretarias dos estados e capitais brasileiros):

62% das capitais faz uso de eleição;

38% plano de gestão;

38% certificação, e

35% indicação.

\*Algumas capitais fazem uso de mais de um processo de seleção.

**Site:**

**<https://www.aredacao.com.br/noticias/187250/indicacao-politica-prevalece-na-selecao-de-diretores-de-escolas-publicas>**

# Tribunais de Contas trocam experiências em prévia do 5º Sined.

Técnicos e conselheiros de tribunais de contas que já se encontram em **Goiânia** para o 5º Seminário Nacional da Educação (**Sined**) nas dependências do **TCE-GO** vêm mantendo reuniões preliminares para troca de experiências e de boas práticas, especialmente aquelas relacionadas ao tema da primeira infância.

O **conselheiro** substituto Erivan Oliveira da Silva e a **auditora** de controle externo Maria Perpétua, do **TCE** de Rondônia, e os auditores Igor Tadeo de Carvalho e Felipe de Paula, do **TCE** de Roraima reuniram-se hoje com servidores do **TCE** de **Goiás**, dentre eles integrantes do Comitê Técnico da Primeira Infância (Instituto Rui Barbosa) e do Comitê Goiano pela Primeira Infância: Halim Girade, Ana Paula Araújo, Licardino Pires, Jaqueline Nascimento e Antônio Gomes, além de Rodrigo Cruvinel, que coordena a recém criada unidade de avaliação de políticas públicas no âmbito da Secretaria de Controle Externo.

Publicado em 10/05/2023

**Site:** <http://goiasemcena.com.br/tribunais-de-contas-trocam-experiencias-em-previa-do-5o-sined/>

# Alego inicia tramitação da LDO para 2024 para adequar despesas

Com metas da administração pública e adequações de despesas, a matéria que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual referente a 2024 já tramita na Casa

Com metas da administração pública e adequações de despesas, a matéria que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual referente a 2024 já tramita na Casa

O Poder Executivo encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (**Alego**) o projeto de lei que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) referente a 2024, integrado, inclusive, pelos anexos de metas fiscais e de riscos fiscais. A matéria foi protocolada com o nº 624/23 e vai passar pela deliberação da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento e pelo Plenário do Parlamento estadual.

De acordo com a justificativa do governador Ronaldo Caiado (UB), cumpre-se, assim, o disposto na Constituição do Estado de Goiás e, além disso, a proposição respeita os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101 - a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A propositura é de iniciativa da Secretaria de Estado da Economia e, em síntese, apresentam-se as prioridades e as metas da administração pública estadual, a estrutura e a organização dos orçamentos, as diretrizes para a elaboração dos orçamentos, também as disposições sobre as transferências e as despesas com pessoal e encargos sociais.

Há ainda determinações relativas à dívida pública estadual; à política de aplicação dos recursos da agência financeira oficial de fomento; às alterações na legislação, inclusive tributária, com sua adequação orçamentária; às emendas parlamentares ao projeto da LOA; e ao regime de execução das programações incluídas por emendas parlamentares individuais impositivas.

Também de acordo com a justificativa, a pasta informou que foram adotadas inovações que aprimoraram o texto e as regras de construção e execução do orçamento estadual para adequá-lo às

boas práticas de racionalização e transparência do gasto público. Destacam-se, nesse sentido: a atualização de metas e prioridades para resguardar a coerência com o Plano Plurianual; a adequação das orientações de classificação orçamentária, com um único produto a cada ação, para o melhor enquadramento da despesa e seu posterior monitoramento; a previsão de divulgação de anexo com detalhamento de metas após a publicação da LOA; a separação das solicitações de créditos adicionais por tipo de despesa; a divulgação da descrição das ações utilizadas na LOA; além das definições para a correta emissão de documentos de adequação orçamentária e financeira.

## Equilíbrio das contas

Conforme a Economia, a proposição de 2024 deverá eleger as prioridades do Governo do estado. Primeiramente, deverão ser atendidas as despesas com as obrigações constitucionais e legais, as despesas obrigatórias com pessoal e os encargos sociais, as vinculações constitucionais, a dívida pública, os precatórios, as requisições de pequeno valor e as obrigações tributárias. Incluem-se as transferências constitucionais e as despesas para o funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Ainda segundo a Economia, o projeto da LDO registra as metas de resultado primário e nominal a serem perseguidas durante a elaboração da LOA e fixa, em caráter indicativo, as metas para os exercícios de 2025 e 2026, também os mecanismos de monitoramento e os ajustes que serão utilizados durante sua execução.

Além disso, ele promove uma limitação das despesas primárias para que a soma delas não seja superior aos valores nominais consignados nos orçamentos iniciais do exercício de 2023, corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2023 e 2024, com abrangência em todos os Poderes, bem como para os órgãos governamentais autônomos (**Tribunal de Contas do Estado** e Tribunal de Contas dos Municípios, Defensoria Pública Estadual e Ministério Público Estadual).

Foi destacado também pela Economia, que a elaboração das diretrizes orçamentárias para 2024

acontece em um cenário profundamente desafiador para o equilíbrio das contas públicas, especialmente em virtude de alterações estruturais nas receitas de Goiás decorrentes de fatores que fogem ao controle da gestão estadual. Nesse sentido, está o resultado da aplicação das Leis Complementares Federais nº 192, de 11 de março de 2022, e nº 194, de 23 de junho de 2022, editadas pela União. "Elas ocasionaram uma perda de receita de aproximadamente R\$ 5,5 bilhões apenas no ano de 2023, o que tem afetado estruturalmente as finanças estaduais", observou o governador.

Na composição do referido quadro de desafios para o estado de Goiás, a Pasta acrescentou a necessidade de observância de determinações legais e constitucionais. Entre elas, está o cumprimento dos pisos salariais do magistério e da enfermagem, além do teto remuneratório do serviço público com reajustes automáticos para diversas carreiras.

#### Receitas estaduais

A situação pode ser ilustrada com a queda de receitas estaduais decorrentes da Lei Complementar Federal nº 194, de 2022. Essa norma reduziu as alíquotas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) dos combustíveis, da energia elétrica, das telecomunicações e do transporte coletivo. Esses setores de consumo representam 41,25% da arrecadação do ICMS do estado de Goiás, por isso afetam significativamente as receitas governamentais.

A justificativa do chefe do Executivo aponta que a perda de receita decorrente da referida redução de alíquota teve um impacto imediato de R\$ 2,4 bilhões somente no segundo semestre de 2022. A participação do ICMS na arrecadação total passou para 28,5%. "Ressalta-se que esse imposto representava até então 70% da receita total do Estado, seguido das transferências intergovernamentais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e da contribuição para o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege Goiás)".

A arrecadação revertida ao Protege Goiás também foi duramente atingida pela queda de receita. A razão é a Lei Complementar Federal nº 194, de 2022, definir os combustíveis, a energia elétrica e o serviço de telecomunicação como essenciais. "Isso inviabilizou a cobrança do adicional de 2%. Na alíquota do ICMS desses itens. O percentual cobrado representava R\$ 1,4 bilhão anual e, com a retirada, houve uma redução para R\$ 360 milhões anuais: uma queda expressiva de 75%", explicou.

O governador ilustra que, desde a edição, pela União, das leis complementares mencionadas, Goiás, com as administrações tributárias dos demais estados e do Distrito Federal analisam, no Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), medidas para encarar a perda de arrecadação. Para não onerar a população, o Governo optou por manter sua alíquota modal em 17% e, para o enfrentamento das perdas relacionadas à Lei Complementar Federal nº 194, de 2022, instituiu uma condição à utilização de benefícios fiscais relacionados ao ICMS, na forma de contrapartida financeira direcionada ao Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundefra), com o potencial de arrecadação em torno de R\$ 1,1 bilhão em 2023.

Ressalta-se que o Estado buscou estruturar sua gestão com foco absoluto no planejamento devidamente antecipado de ações e nos melhores resultados para o cidadão goiano, especialmente para o segmento populacional mais vulnerável. Em razão disso, foram iniciadas políticas públicas de extrema relevância, mas geradoras de despesas continuadas de difícil redução no curto prazo. Entre essas políticas, destacam-se: a implementação de 258 escolas em tempo integral, a ampliação da frota de transporte escolar e o reajuste no valor da merenda escolar; a regionalização dos serviços de saúde, com a entrega de hospitais e policlínicas estaduais, além da modernização de equipamentos hospitalares e ambulatoriais; os investimentos destinados à manutenção, à recuperação, à duplicação e à construção de rodovias estaduais para melhorar o escoamento da produção agropecuária e industrial; e as iniciativas para reduzir o déficit de habitações e seus efeitos sobre a população mais carente.

Podem ser acrescentadas as despesas para o combate à pobreza, as quais são suportadas pelo Protege Goiás, instituído para o cumprimento do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Além daquelas de observância constitucional obrigatória, essas despesas são imprescindíveis às políticas públicas sociais do Estado. "Contudo, como já se ressaltou, foram justamente as receitas do Protege Goiás as mais afetadas pela queda de arrecadação.

"Dessa forma, apesar do compromisso do Estado de Goiás com o equilíbrio fiscal desde 2019, as medidas adotadas no âmbito federal têm dificultado demais o planejamento e a trajetória fiscal para a saída antecipada do Regime de Recuperação Fiscal, o que essa gestão muito deseja desde seu início", avaliou.

Ainda assim, conforme expressa a justificativa, foram

projetadas metas de resultado primário superavitário entre 2023 e 2026, respectivamente, de R\$ 603 milhões em 2023, R\$ 184 milhões em 2024, R\$ 138 milhões em 2025 e R\$ 195 milhões em 2026. No grupo de natureza de despesa nº 4, também estão previstos investimentos de R\$ 3.080 milhões em 2023, R\$ 2.265 milhões em 2024, R\$ 2.346 milhões em 2025 e R\$ 2.423 milhões em 2026. Por outro lado, a margem líquida de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado ficou negativa em R\$ 2,2 bilhões.

Por fim, Caiado informou que a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) reconheceu a regularidade jurídica da proposição. Ressaltou-se que o projeto segue o padrão das propostas legislativas que originaram as leis de diretrizes orçamentárias dos anos anteriores. Além disso, foram observadas as adequações decorrentes da Emenda Constitucional nº 109, de 2021, da Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021, além do art. 111, § 82, inciso IV, da Constituição Estadual. \* Com informações da Agência Assembleia de Notícias

\* Com informações da Agência Assembleia de Notícias

**Site:** <https://noticiasgoianas.com.br/alego-inicia-tramitacao-da-ldo-para-2024-para-adequar-despesas/>

# Equipe do TCE-ES participa de debates técnicos no primeiro dia do V Sined, realizado em Goiânia

**Giordany Bozzato**

Representantes do TCE-ES participaram, nesta quarta-feira (10), dos debates técnicos realizados no primeiro dia do V Sined, que está sendo realizado em no **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, em **Goiânia**. O **TCE-ES** esteve representado pelo **conselheiro** vice-presidente, Rodrigo Coelho, pela **auditora** de Controle Externo e coordenadora Núcleo de Controle Externo de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas em Educação (Neduc), Paula Sabra, e pelas servidoras Eliane Cabrini e Juliana Scalfoni.

A primeira das reuniões técnicas aconteceu logo pela manhã. Coelho, que é presidente do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (IRB), iniciou os trabalhos citando a importância da fiscalização ordenada nacional, realizada no fim de abril, por todos os Tribunais de Contas do país. O **conselheiro** agradeceu o comprometimento e generosidade de todos que participaram da fiscalização.

"Nós somos autônomos, mas isso não é sinônimo de apartados e a fiscalização ordenada nos ensinou a caminhar de mãos dadas. minha gratidão imensa aos 785 técnicos envolvidos na fiscalização. O que vocês fizeram foi extraordinário", disse o **conselheiro** em seu cumprimento inicial.

Logo depois, o vice-presidente Executivo da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), **conselheiro** Edilson de Sousa Silva, do **TCE** de Rondônia, destacou que não há um controle externo forte se este controle estiver distante da sociedade.

"Precisamos descer do pedestal para ver que não somos uma casta separada de um povo, mas somos o povo. Esse trabalho hoje é de fundamental importância e tem grande potencial para transformar a realidade das coisas. Essa fiscalização ordenada foi de grande valia para a sociedade e para o sistema e, certamente, não será a única", disse o **conselheiro** parabenizando todos que participaram da ação.

Na parte técnica do encontro, a **auditora** Aline Kazuko Sonobe (**TCE-BA**), explicou o planejamento da

fiscalização ordenada, a metodologia utilizada, apresentação dos resultados e considerações sobre o trabalho.

Finalizando esta primeira reunião foram feitos diversos relatos sobre a fiscalização e apresentadas inúmeras contribuições para as próximas auditorias e trabalhos permanentes. Participaram tanto integrantes do CET-IRB quanto demais convidados que puderam acompanhar os debates tanto presencial quanto virtualmente.

Sequência

Já na parte da tarde foram realizadas outras duas reuniões. A primeira delas foi com os técnicos articuladores regionais do CTE-IRB, que teve como tema "Conselhos sociais e gestão democrática na Educação: Guia prático para o aperfeiçoamento de ações de acompanhamento e fiscalização".

Entre os pontos levantados pelos articuladores estiveram a importância de políticas multinível no que diz respeito à educação, a relevância de uma operação coordenada, as possibilidades de melhoria no entendimento das equipes, capacitação, e os encaminhamentos e acompanhamentos necessários após as informações coletadas.

"Nesse debate as trilhas foram colocadas. Vimos, por exemplo, na fiscalização, que precisamos de mais articuladores regionais. Os articuladores têm uma função extremamente estratégica e, para seguirmos este caminho de sucesso, precisamos reorganizar esses participantes", disse Rodrigo Coelho ao final da segunda reunião CTE-IRB do dia.

Por fim, foi realizada a primeira Reunião Extraordinária da Instância de Conselheiros Membros do CTE-IRB. A pauta do encontro foi a Compatibilidade das Peças Orçamentárias (PPA, LDO e LOA) com os Planos de Educação. O material foi relatado pela **conselheira** Carolina Matos (**TCE-BA**).

"Ressalte-se que o planejamento orçamentário, composto pelo Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária

Anual (LOA), é um dos processos mais importantes da administração pública, pois possui o objetivo de detalhar e programar a execução orçamentária dos próximos exercícios de acordo com os programas e ações estabelecidas no PPA, e nas diretrizes e programações constantes na LDO e na LOA", destacou a relatora em seu trabalho.

O material recebeu uma série de contribuições dos demais conselheiros participantes do encontro. Por fim, o documento final será encaminhado à diretoria do Instituto Rui Barbosa e demais entidades temáticas.

### O Sined

O V **Sined** é uma promoção conjunta do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)** e do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do Comitê Técnico de Educação (CTE-IRB). A programação aborda temas relevantes para a educação pública como a qualidade do ensino, o controle externo, a inteligência artificial e a articulação e colaboração nos ambientes educativos. O evento tem o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC)** e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

Informações à imprensa:

Assessoria de Comunicação do **TCE-ES**

ascom@tcees.tc.br

(27) 98159-1866

**Site:** <https://www.tcees.tc.br/equipe-do-tce-es-participa-de-debates-tecnicos-no-primeiro-dia-do-v-sined-em-goiania/>

# Tem início o Simpósio Nacional de Educação (Sined)

**Goiânia** sedia de hoje a sexta-feira a quinta edição do **Simpósio Nacional de Educação (Sined)**, que reunirá os mais diversos especialistas em ensino e gestão escolar do país no auditório do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, que divide o evento com Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de **Goiás (TCMGO)**. Também são parceiros o Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do Comitê Técnico da Educação (CTE-IRB), com apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC)** e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

O objetivo do 5º **Sined** é incentivar o intercâmbio de conhecimento e de experiências entre agentes envolvidos na gestão e no controle da educação. Hoje, primeiro dia (10), tem destaque a conferência de abertura, no começo da noite (18h30), com a secretária-executiva do Ministério da Educação, Izolda Cela, ex-governadora do Ceará, além de falas de representantes do Sistema Controle Externo na cerimônia de abertura, às 18h.

No período da manhã, com a participação de mais de 80 pessoas foi realizada a reunião do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), sob a coordenação do pres. do CTE-IRB, **conselheiro Rodrigo Coelho (TCE-ES)**.

Na quinta-feira (11), pela manhã, haverá painéis sobre planos de educação e a qualidade da educação pública. No período da tarde, um painel vai tratar de perspectivas para o financiamento da educação. O evento seguirá com debates sobre a articulação dos tribunais de contas com o Sistema Nacional de Educação e iniciativas relevantes do controle externo.

Para o último dia (12), está programado um painel que abordará o papel do professor. Na sequência, será debatido o uso de tecnologias na educação pública e no controle. À tarde, um painel tratará da primeira infância e haverá debate sobre novos arranjos administrativos para educação infantil. A conferência de encerramento ficará a cargo dos especialistas Cláudia Costin e Guilherme Lichand, que tratarão dos desafios dos próximos anos na educação.

[Acesse aqui a programação completa](#)

**Site: <https://www.tcmgo.tc.br/site/2023/05/tem-inicio-o-simposio-nacional-de-educacao-sined/>**

# Oficina do Sined aborda financiamento e gestão de recursos da educação, com foco no Fundeb e no FME

Evento reúne agentes políticos, sociedade e educadores para discutir a importância da gestão transparente e eficiente dos fundos da educação e sua contribuição para uma educação mais inclusiva e equitativa.

Em continuidade à programação da 5ª edição do **Simpósio Nacional de Educação (Sined)**, ocorreu na tarde desta quarta-feira (10/5) a Oficina de Capacitação Financiamento, Orçamento e Controle dos Fundos da Educação, com foco no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e no Fundo Municipal de Educação (FME).

A oficina teve como público-alvo: agentes políticos, sociedade em geral, imprensa, secretários de educação, diretores escolares, professores e conselheiros sociais. Foi conduzida pelo **auditor** de controle externo do TCMGO, Roberto Coutinho, e pelo professor Elcivan Gonçalves França, coordenador estadual da União dos Conselhos Municipais de Educação de **Goiás** e presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de **Goiás** (Uncme-**Goiás**).

A Oficina ofereceu aos presentes uma oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre o financiamento e a gestão dos recursos da educação, além de promover o debate sobre o papel do poder público e da sociedade civil na construção de uma educação mais justa e inclusiva.

O V **Sined** é uma promoção conjunta do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de **Goiás** (TCMGO) e do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do Comitê Técnico de Educação (CTE-IRB). A programação aborda temas relevantes para a educação pública, como a qualidade do ensino, o controle externo, a inteligência artificial e a articulação e colaboração nos ambientes educativos. O evento tem o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas** (CNPTC) e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

## Fundeb e FME

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), criado em 2007 e renovado recentemente pelo Congresso Nacional, é um mecanismo de financiamento da educação básica no Brasil, englobando desde a creche até o ensino médio. Por intermédio desse fundo, os recursos são distribuídos de forma equitativa entre os estados e municípios, considerando o número de estudantes atendidos e as necessidades específicas de cada região.

Por sua vez, o Fundo Municipal de Educação (FME) tem como objetivo apoiar e garantir a manutenção e desenvolvimento das atividades educacionais no âmbito municipal, viabilizando a implementação de políticas públicas que promovam a qualidade e a equidade no sistema de ensino.

Confira as galerias de fotos no flickr.

**Site:** <https://www.tcmgo.tc.br/site/2023/05/oficina-do-sined-aborda-financiamento-e-gestao-de-recursos-da-educacao-com-foco-no-fundeb-e-no-fme/>

# Guia prático para fiscalização dos conselhos de educação é lançado no V Sined

O **conselheiro** e diretor da Atricon, Fabrício Motta (TCMGO) e o coordenador de Normatização e Apoio Técnico ao Fundeb, do MEC, Leomir Ferreira de Araújo, são os autores .

O guia "Conselhos Sociais e Gestão Democrática na Educação" foi lançado, na tarde desta quarta-feira (10), durante o V **Simpósio Nacional de Educação (Sined)**, que acontece no auditório do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. A edição é de autoria do diretor de desenvolvimento do Controle Externo da Atricon e **conselheiro** do Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás (TCMGO)**, Fabrício Motta, e do coordenador de Normatização e Apoio Técnico ao Fundeb e ao Salário-Educação, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação, Leomir Ferreira de Araújo.

O vice-presidente Executivo da Atricon, Edilson de Sousa Silva, que representou a entidade no V **Sined**, destacou que a publicação oferece subsídios para a atuação desses colegiados de forma objetiva e didática. "Conselheiros que atuem na educação básica poderão encontrar, no guia, roteiros de trabalho para que as atividades desenvolvidas permitam uma tomada de decisão valiosa à educação brasileira, por meio da aplicação correta e qualificada dos recursos públicos".

De acordo com Fabrício Motta, é preciso capacitar e fortalecer os integrantes dos conselhos de educação para que eles possam exercer de forma plena as suas atividades. "Esses colegiados são responsáveis pelo acompanhamento concomitante e preventivo das ações desenvolvidas pelo Poder Público. São instâncias fundamentais para a concretização da gestão democrática, já que possibilitam a participação da sociedade civil nas decisões relativas às políticas educacionais", explicou.

O V **Sined** é uma realização do Instituto Rui Barbosa, por meio de seu Comitê Técnico de Educação, do **TCE-GO** e do TCMGO, com o apoio da Atricon, do CNPTEC e da Abracom, e reúne autoridades, especialistas e gestores de diferentes regiões brasileiras em um debate sobre os desafios e meios para melhorar a educação pública brasileira.

Ficha técnica

Quem são os autores

Fabrício Motta - **Conselheiro** do TCM-**GO**. Professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas (UFG) e Direitos Humanos e Prestação Jurisdicional (UFT). Doutor em Direito do Estado (USP) e Mestre em Direito Administrativo (UFMG). Membro das Diretorias da Atricon e do IRB.

Leomir Ferreira de Araújo - Coordenador de Normatização e Apoio Técnico ao Fundeb e ao Salário-Educação, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Mestre em Administração Pública e Gestão (IDP).

Público-alvo

Gestores e Fiscais de Contratos de Secretarias de Educação; Equipes Técnicas de Assessoramento de Secretarias de Educação; Procuradores Jurídicos; Advogados; Profissionais de Controles Interno; Diretores, Gestores, Dirigentes e demais Agentes Públicos envolvidos no processamento das Licitações e Contratações Públicas para a Educação; Auditores de controle externo, membros do Ministério Público e agentes políticos militantes em prol da educação básica pública.

Acesse aqui a publicação (<https://atrimon.org.br/publicacoes/>).

Veja a galeria de fotos no flickr.

**Site:** <https://www.tcmgo.tc.br/site/2023/05/guia-pratico-para-fiscalizacao-dos-conselhos-de-educacao-e-lancado-no-v-sined/>

# Gaepes mostram suas experiências aos participantes do V Sined

Rondônia, **Goiás**, Mato Grosso, da região de Marajó e do Brasil apresentaram suas experiências.

As experiências e as perspectivas dos Gabinetes de Articulação para a Efetividade da Educação (Gaepes) foram abordadas em uma Rodada de Experiências dentro da programação de hoje (10/5) do V **Sined**, no auditório José Sebba, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, reunindo representantes dos grupos de Rondônia, Mato Grosso, **Goiás**, da região de Marajó e do Brasil. Os trabalhos foram coordenados pela presidente do Instituto Articule, Alessandra Gotti.

Durante a abertura, ela fez um breve histórico do Articule e dos Gaepes, destinados a criar espaços de articulação, diálogo e cooperação entre diferentes instituições, entre elas os tribunais de contas, para a formatação de uma governança. Entre os objetivos almejados estão o fortalecimento das capacidades dos TCs, conferindo-lhes maior protagonismo, articulação para uma agenda comum entre atores com diferentes visões, firmar consensos e busca por maior segurança jurídica. "O **Gaepe** pôs uma lupa sobre os problemas educacionais", resumiu Alesandra Gotti.

A secretária de Educação de Porto Velho, Gláucia Negreiro, discorreu sobre a criação e os avanços obtidos naquela capital, com desafios a partir de sua enorme extensão territorial, com escolas a 350 km da área urbana ou a 26 horas de navegação pelo Rio Madeira. A expedição de notas técnicas do **Gaepe**, segundo ela, foi decisiva para mitigação dos danos causados pela pandemia da covid, em questões como prioridade na vacinação de professores e servidores da educação, protocolos de biossegurança, aulas remotas, busca ativa e retomada segura das aulas presenciais.

O **conselheiro** Antônio Joaquim, do **TCE** de Mato Grosso, falou sobre o mais novo dos Gaepes. Em apenas um ano, o grupo já conta com 19 instituições participantes e no próximo dia 17 vai firmar um pacto interinstitucional pela primeira infância com os municípios mato-grossenses.

**Conselheiro** do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, César Colares falou sobre o **Gaepe** de Marajó - um arquipélago com 17 municípios que são alcançados somente por meio de rios e igarapés. O

TCM fez um diagnóstico da educação que apontou apenas indicadores negativos e enormes carências. A partir desse trabalho, o **Gaepe** já reúne 45 instituições, entre públicas e do terceiro setor, que se mobilizaram para uma série de ações destinadas a induzir melhorias no ensino público. O **conselheiro** relatou que o trabalho extrapolou as iniciativas do **Gaepe** e do TCM, mobilizando a sociedade local, em passeatas e reuniões nas comunidades, para sensibilização de gestores públicos e de parceiros, em favor da educação infantil.

Representando o **Gaepe** de **Goiás**, o **conselheiro** do TCMGO, Fabrício Motta, falou sobre o reconhecimento das novas funções do órgão que integra e do **TCE** de **Goiás**, como indutores da boa gestão pública. Sem abdicar de suas funções rotineiras de fiscalização dos gastos públicos, os tribunais de contas, com o modelo de governança instituído, reúnem diferentes pontos de vista para apontar soluções consensuais com vistas a imprimir maior efetividade às ações e políticas públicas da educação. Também abordou questões como a qualificação do controle social, aproximação com os conselhos de educação e a cultura de articulação.

Pelo **Gaepe** Brasil falaram os conselheiros Cláudio Terrão (**TCE-MG**) e Gerson Sicca (**TCE-SC**). O **Gaepe** Brasil reúne entidades nacionais como a Atricon, IRB e Conselho Nacional de Justiça, dentre outras. O caso da emenda constitucional que tratou do chamado ICMS educacional, que estabeleceu prazo de dois anos para os Estados readequarem suas normas de aplicação de tais recursos - foi um dos exemplos citados por Terrão sobre a atuação dos Gaepes, para que o prazo não fosse perdido. Sem essa readequação os municípios serão prejudicados na distribuição do dinheiro do Fundeb. "É o caso de Minas Gerais, onde ainda não existe **Gaepe**", lamentou o **conselheiro**.

Gerson Sicca destacou o papel do **Gaepe** para atuar no abismo que separa a realidade do que as normas estabelecem. Ele agradeceu o trabalho do Instituto Articule, em sua capacidade de mediação entre os diferentes setores envolvidos na questão educacional, e lembrou que a criança não pode esperar por providências que emperram na lentidão da máquina estatal.

O V **Sined** é uma promoção conjunta do **Tribunal de**

**Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de **Goiás** (TCMGO) e do Instituto Rui Barbosa (IRB). O evento tem o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas** (CNPTC) e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

Confira as galerias de fotos no Flickr.

**Site:** <https://www.tcmgo.tc.br/site/2023/05/gaepes-mostram-suas-experiencias-aos-participantes-do-v-sined/>